

O pós-colonialismo nas relações internacionais: uma proposta para repensar teoria, estrutura e racionalidade no Sistema Internacional¹

Pedro Henrique Silva de Oliveira²

Resumo

As teorias das Relações Internacionais têm estudado o Sistema Internacional, buscando compreender os comportamentos de seus atores, desde sua origem. Durante muito tempo, essas teorias demonstraram pouco interesse pela historicidade, optando por uma análise sistêmica do “internacional”. O objetivo do presente artigo é usar a teoria pós-colonial para fazer uma análise histórica do atual Sistema Internacional, analisando em termos de sua origem, desenvolvimento e estrutura. Será analisado também a suposta universalidade das teorias de Relações Internacionais e como ela serve para sistematicamente silenciar vozes dos subalternos e reproduzir, com o auxílio do conhecimento, a hierarquia atual do Sistema Internacional.

Palavras-chave: Teoria das Relações Internacionais; Pós-colonialismo, Estrutura.

Abstract

The theories of International Relations have studied the International System, seeking to understand the behavior of its actors, since its origin. For a long time, these theories have demonstrated little interest for historicity, opting for a systemic analysis of the “international”. The aim of the present article is to use post-colonial theory to make a historical analysis of the current International System, analyzing it in terms of its origin, development and structure. It will also be analyzed the supposed universality of International Relations theories e how it serves to systematically silence voices of subordinates and reproduce, with the help of knowledge, the current hierarchy of the International System.

Keywords: *Theory of International Relations. Post-colonialism. Structure.*

¹ Trabalho de conclusão de curso, apresentado dia 31.03.2017, orientado pela Prof. Dra. Luciana Ballestrin, na Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pelotas, RS, Brasil.

² Bacharel em Relações Internacionais pela UFPel. E-mail: Pedrohsdeoliveira27@gmail.com

Artigo recebido em 12.09.2017 e aceito em 23.10.2017.

Introdução

Essa visão atemporal perdurou até o fim da Guerra Fria que trouxe ao campo das RIs uma abertura epistemológica para novos temas e objetos de debate. Surgiram novas teorizações para analisar os fenômenos que permeavam o Sistema Internacional; muitas dessas, inclusive, foram apropriadas das Ciências Humanas e Sociais, tais como: O pós-colonialismo, o feminismo e a teoria crítica. Essas teorias buscaram desconstruir e fazer uma análise crítica de muitos de seus pressupostos tradicionais, especialmente, da própria existência de um sistema internacional, marcado por uma estrutura estadocêntrica, masculinizada e colonial. Nas teorias clássicas da disciplina – realismo e liberalismo – os atores estatais desse sistema teriam seu comportamento condicionado por um caráter ordenador e a-histórico. Desconstrói-se também a própria dimensão de *teoria* dentro da produção de conhecimento no campo, questionando a universalidade positivista que era enraizada no cânone teórico tradicional de Relações Internacionais. Tal indagação é feita, através do reconhecimento contextual, no qual as teorias foram criadas. Robert Cox (1981) argumenta que não existe teoria neutra, pois toda teoria é criada por e para alguém, portanto, não explica como um fenômeno funciona; é apenas uma lente a qual o pesquisador utiliza para modelar o seu pensamento (SABBARATNAM, 2011).

O presente artigo analisa, sobretudo, a desestabilização que a entrada do pós-colonialismo procura causar no *mainstream* disciplinar das RIs.

De maneira geral, o pós-colonialismo é um conjunto transdisciplinar de teorias das Ciências Humanas e Sociais que analisa as relações de poder entre o colonizador e o colonizado. As desigualdades entre eles têm suas origens no colonialismo e no imperialismo europeu, na dominação das metrópoles, na violência e na exploração da mão de obra colonizada e escrava, assim como a posterior concepção do Ocidente, como sujeito único da história e da invenção do

Ocidente (os “outros”) pelo Ocidente (SPIVAK, 1988; SAID, 2007). Outro aspecto central a ser discutido pelo pós-colonialismo é a construção da ideia de raça como estratégia de subordinação e hierarquização entre os povos, onde o homem branco se situa como uma representação ideal que, até mesmo, o homem negro buscava atingir, colocando sobre si mesmo uma “máscara branca” (FANON, 1994).

Os precursores da teoria pós-colonial surgiram na década de 1960, período no qual ocorreu a descolonização da região que ficou conhecida como “Terceiro Mundo”. No que tange as Relações Internacionais, o pós-colonialismo adentrou na disciplina, somente após a elaboração de críticas ao campo, no contexto do terceiro debate epistemológico pela abertura pós-positivista, após os anos 1980. Questionando assim, alguns “mitos fundadores” da área, desde a conceptualização do Estado Moderno como uma criação europeia que foi exportada para o mundo (SETH, 2013), até a própria estrutura do Sistema Internacional e sua perpetuação por diferentes agentes, incluso a academia. Diante disso e, tendo-se em vista que o pós-colonialismo questiona várias características do Sistema Internacional, o principal objetivo, do presente artigo, é de que forma essa literatura especializada faz esse questionamento em termos de sua origem, desenvolvimento e estrutura. Para sua realização, utilizou-se a técnica de pesquisa documental direta e bibliográfica sobre as fontes secundárias coletadas de livros, artigos e periódicos científicos. Dentro da escola teórica, este artigo analisa o cânone teórico original do pós-colonialismo, utilizando-se de autores como: Said, em sua obra *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*, originalmente publicado em 1978; Fanon, em *Os condenados da Terra e Peles Negras e Máscaras Brancas*, publicados em 1961 e 1964, respectivamente; bem como, Spivak (1988) com *Pode o subalterno falar?* Relacionam-se, aqui, autores que trabalham a teoria dentro das Relações Internacionais como disciplina. Nesse caso, Seth (2013), *Post-colonial Theory and International*

Relations: A critical introduction e Jones (2006), com *Decolonizing International Relations*. Assim, para compreender como a teoria pós-colonial procura reinterpretar os mitos fundadores da disciplina, dividiu-se o artigo em três sessões.

A primeira seção consiste em uma análise do desenvolvimento do campo disciplinar das RIs e de suas teorias principais até a década de 1980. Nessa seção, serão abordados os conceitos básicos, que fundamentam seu *mainstream*, e como surgiram, tendo como foco a análise da estrutura pensada pelas teorias positivistas, os atores que agem no Sistema Internacional, a racionalidade dos mesmos e o papel da historicidade dentro do campo.

A segunda adentra o pós-colonialismo, como marco teórico, procurando explicar seus principais conceitos, ideias e críticas. Derivada da lógica colonial, também analisa alguns dos principais binarismos essencialistas criados pelo colonialismo e imperialismo fundantes da modernidade capitalista e ocidental: branco-negro; colonizado-colonizador e Oriente-Occidente.

A terceira seção, por sua vez, traz as contribuições específicas da entrada do pós-colonialismo nas Relações Internacionais e como elas desestabilizam, questionam e desconstruem os fenômenos do campo ao introduzir suas abordagens e olhares. Para isso, buscou-se sistematizar o argumento, analisando como a introdução de outros processos e fatores são capazes de alterar a percepção tradicional da estrutura do sistema internacional, sua história, seus atores e sua racionalidade.

1 O debate positivista *mainstream* das Relações Internacionais: principais pressupostos e divergências.

O *mainstream* das Relações Internacionais foi dominado, durante grande parte da história da disciplina, por teorias que buscavam compreender a forma como os atores das Relações Internacionais agiam. Para tal, foi criada uma visão sistemática do Sistema Internacional que

analisava, de forma atemporal, as ações dos atores, com base na imutabilidade do Sistema Internacional e em sua anarquia, ou seja, a falta de um usuário de força legítimo (NOGUEIRA; MESSARI, 2005). Os atores são racionais e buscam aumentar a sua influência (SARFATI, 2005).

A anarquia serviu de base, especialmente para as teorias realista, liberal, neorrealista e a neoliberal. A teoria construtivista de Wendt, por seu turno, contribuiu para a desconstrução dessa visão estática e imutável ao dizer: “(...) anarquia é o que os Estados fazem com ela” (WENDT, 1992, p. 395). Para o construtivismo, a anarquia não é inerente ao sistema internacional, constituindo-se também em um constructo dos próprios estados no sistema.

Historicamente, as duas principais escolas das RIs – liberalismo e realismo – partiram do princípio de que o Estado é o principal ator no Sistema Internacional, devido à sua legitimidade. Assim, as teorias tradicionais argumentam que, desde a Paz de Vestfália - a série de tratados de paz, assinados entre maio e outubro de 1648, nas cidades vestfalianas de Osnabruk e Munster, terminavam efetivamente com as guerras europeias de religião. Esses tratados, acabavam com a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648). Com esses acordos, foi estabelecido o precedente pelo congresso diplomático e um novo sistema de ordem política na Europa Central, mais tarde, denominada soberania de Vestfália, baseada no conceito de estados soberanos coexistentes. Ela é considerada objeto constitutivo do Sistema Internacional e mito fundador das Relações Internacionais como disciplina (JONES, 2006). Dessa soberania, os Estados teriam emergido como entes legítimos de soberania sobre certa porção territorial livre da intervenção de outras entidades soberanas estrangeiras. Soberania passou a ser associada com territorialidade, autonomia e legitimidade de governo. Dessa forma, designar Estados como soberanos, significa dizer que os mesmos decidem por si só como lidar com os seus problemas internos e externos, incluindo a decisão de procurar ou não ajuda externa (SARFATI, 2005).

Os autores positivistas, tanto liberais, quanto realistas, argumentam que a constituição dos primórdios das relações internacionais modernas, ou seja, logo, após o Tratado de Vestfália, foi inaugurada por Estados soberanos e unitários. O primeiro grande debate das Relações Internacionais foi criado, a partir da resposta à teoria liberal pela corrente realista, após o fracasso da primeira em conter a guerra com a falha das Liga das Nações - organização supranacional, criada no fim da Primeira Guerra Mundial, com objetivo de criar uma resolução de disputas internacionais, baseada na negociação e na arbitragem - e a eclosão da Segunda Guerra Mundial, em 1939. O liberalismo idealista de Woodrow Wilson - presidente dos Estados Unidos da América, durante o fim Primeira Guerra Mundial - foi posto à prova, sendo o realismo uma resposta teórica “baseada” na realidade.

Essa corrente obteve forte influência de autores como Maquiavel e Hobbes. Thomas Hobbes, filósofo contratualista do século XVI, argumentou que a natureza inerentemente egoísta do homem deveria ser contida pelo Estado, o Leviatã. Para ele, o estado de natureza seria um estado de guerra, um estado de todos contra todos, uma vez que o homem seria o lobo do homem (HOBBS, 1985). Como no Sistema Internacional, não haveria uma entidade capaz de limitar as ações dos Estados, como anteriormente dito. O realismo transpôs o estado de natureza hobbesiana para a ordem internacional, ou seja, eles viveriam num estado de natureza, um estado de desconfiança mútua, com a permanente ameaça da guerra. A teoria realista clássica no campo das RIs foi inaugurada com os livros *The Twenty Years' Crisis: 1919-1939: An Introduction to the Study of International Relations* (CARR, 2001), o qual detalhou os motivos em *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace* (MORGENTHAU, 1967).

Um dos pressupostos básicos projetados pela teoria realista clássica é o de que a política internacional sempre implicará a luta pela

sobrevivência e, para tal, a busca pelo poder. O poder, em um sentido político, é definido como as mútuas relações de controle estabelecidas entre os titulares da autoridade pública, entre essas e as pessoas em geral. Ele pode ser exercido por meio de ordens, ameaças, autoridade ou carisma de um homem ou de uma equipe de homens ou pela combinação desses fatores. Dessa forma, o realismo lida com o dilema de segurança, onde a natureza anárquica do Sistema Internacional não permite garantias de comportamento para os Estados; a sobrevivência exigiria que eles buscassem sempre força militar. O objetivo de sobreviver é fundamental para um dos conceitos principais do realismo clássico, o conceito de balança de poder.

Com a mudança no cenário internacional, no fim da Segunda Guerra Mundial e o começo da Guerra Fria, as Relações Internacionais evoluíram também, enquanto disciplina, havendo uma importante mudança. Houve uma mudança na análise dos Estados: de objeto de análise epistêmica para um modelo teórico do Sistema Internacional. Na renovação do campo do realista, o principal autor a modernizar a teoria e, ao mesmo tempo, criticá-la foi Waltz (1979), com seu livro *Theory of International Politics*, criando a teoria realista estrutural ou neorealista.

Waltz (1979) argumenta que a anarquia conferiria ao Sistema Internacional um caráter atemporal, pois, apesar de os seus atores mudarem, o que motivaria suas ações permaneceria igual. A busca pela sobrevivência, em se tratando de atores racionais, seria uma lógica individual (estatal) permanente, pois o comportamento esperado sempre seria o que proporcionaria maiores ganhos aos atores, do ponto de vista egoísta e racional. Logo, o único constrangimento das ações dos atores, dentro Sistema Internacional, seriam os outros atores e suas capacidades, porque não haveria um agente regulador capaz de limitar as ações dos mesmos, criando-se uma noção de estrutura.

Kenneth Waltz (1979) argumentou, assim, que teorias que se concentram em indivíduos

ou Estados, como nível de análise, seriam inadequadas para a compreensão da política internacional, fundamentalmente porque em nível internacional, os diferentes Estados produziram resultados similares e diferentes em suas relações, assim como Estados parecidos forneceriam também resultados diferentes e similares em suas relações. Da mesma forma, as mesmas causas poderiam levar a diferentes efeitos, e os mesmos efeitos seriam, muitas vezes, o resultado de causas diferentes.

O autor propôs então, uma forma de análise sistêmica, comparando-a com a visão analítica. Em uma teoria sistêmica, parte do comportamento das unidades da política internacional e o resultado de suas interações, devem ser encontrados na estrutura do sistema. Estrutura refere-se, portanto, a algo que limite os resultados com uma dada fronteira; assim, Waltz refere-se à estrutura como uma agência de situações limitantes. Ela seria um conjunto de condições que constroem os resultados da política internacional. Essa fronteira, segundo o autor, dependeria das capacidades relativas de suas unidades, estabelecendo aquilo que elas podem ou não fazer, em termos da política internacional. As capacidades, para Waltz, equivalem ao poder descrito na teoria realista clássica; no entanto, o foco nas “capacidades relativas” implica estudar o quanto de “poder” um país tem em comparação ao outro.

Para o autor, as unidades fundamentais que interagem dentro da estrutura são os Estados. Apesar da corrente neorrealista assumir a existência de atores não-estatais e transnacionais - tais como: as grandes corporações multinacionais - na política internacional, ela não as considera suficientemente relevantes para a sua compreensão, porque não podem alterar a estrutura internacional. Isso é devido à natureza da formação da estrutura para a teoria, ainda que muitos desses atores possuam as capacidades de rivalizar potências menores. Alterar a estrutura significaria ter a capacidade de rivalizar ou superar as grandes potências. Por causa

da visão hierárquica e materialista que a escola teórica utiliza, a capacidade de alterar estrutura pertence única e exclusivamente àqueles que possuem as maiores capacidades militares, econômicas, tecnológicas e populacionais, não havendo um ator transnacional que possa constrianger as ações de tais potências. Os agentes transnacionais, na visão de Waltz, não podem ser classificados como *estrutura*, mas como *processos* que ocorrem dentro da mesma.

Como não há um Leviatã restringindo as ações dos Estados, não há garantias do comportamento dos mesmos, criando-se um Sistema Internacional que a desconfiança impera. Como consequência, o interesse nacional dos Estados é, claro, a sua própria sobrevivência. Com esse objetivo mínimo em mente, as unidades buscam equiparar as suas capacidades com as dos seus rivais, especialmente em relação à segurança. Devido ao constante medo de ser atacado e destruído pelo Estado mais forte, o mais fraco sempre buscará equiparar seu poder, na tentativa de criar uma condição de equilíbrio. A insegurança e a preocupação com as capacidades relativas fazem com que a busca pela autonomia se torne um dos princípios regentes das ações dos atores, perante um ambiente de anarquia, um agente só pode dispor de suas próprias capacidades, a chamada autoajuda (*self-help*).

Essas características fazem do Sistema Internacional um ambiente competitivo, de soma zero, onde o mais importante são os ganhos relativos, ou seja, os ganhos que uma de suas unidades ganhou comparativamente sobre outra. Na anarquia o neorrealismo encontrou uma fonte para a desconfiança, sendo a causa da permanência de guerra no Sistema Internacional. Em uma estrutura anárquica, o estado de natureza é o de guerra, visto que, cada um retém a vontade soberana de decidir usar ou não a força e, devido às assimetrias inerentes do sistema, a possibilidade do uso da força nunca é descartado.

Devido a essa limitação estrutural, a historicidade crítica, é um fator quase que irrelevante

para a compreensão dos atores do Sistema Internacional e a reprodução de sua estrutura. Alianças são criadas e desfeitas, devido à simples necessidade e são situacionais. O aliado, hoje, pode virar o inimigo de amanhã sem aviso, basta que se torne mais vantajoso sob um cálculo racional. Por se tratar de um sistema de atores racionais maximizadores, toda e qualquer decisão seria apenas limitada pelas capacidades dos Estados, os quais sempre optariam pela decisão que traria maiores ganhos relativos, ou seja, todo e qualquer ator sempre tomaria a mesma decisão, se estivessem na mesma situação.

Para contrapor a corrente neorrealista, renovou-se também a corrente neoliberal, começando assim o segundo grande debate das Relações Internacionais, o chamado debate Neo-Neo. A principal diferença dentro de ambas as teorias positivistas é a forma pela qual a anarquia é compreendida pelos atores do Sistema Internacional. A teoria neoliberal não vê a anarquia, como fonte de desconfiança, mas sim uma fonte de cooperação. Assim, argumenta que o dilema de segurança que causa os Estados a se tornarem competitivos surge, devido à incerteza das ações dos outros Estados, dentro de um sistema competitivo. Incerteza que pode ser combatida, através de instituições (SARFATI, 2005).

Robert Keohane (1984) define as instituições como um grupo de regras – institucionalizadas ou não – persistentemente conectadas que prescrevem o comportamento e definem expectativas. Na perspectiva neoliberal das RIs, instituições são importantes, pois criam previsibilidade para os atores, o que possibilita a cooperação internacional. As instituições são a resposta neoliberal para o dilema de segurança (KEOHANE, 1984).

O neoliberalismo possui muitas semelhanças com o neorrealismo, principalmente quanto à questão da estrutura, racionalidade dos atores e ausência do papel da historicidade crítica sobre esse quadro em geral. No neoliberalismo, a cooperação é entendida como a decisão racional a se tomar; a presença de instituições

internacionais diminuem a imprevisibilidade do Sistema Internacional, e os ganhos relativos passam a ser esquecidos a favor dos ganhos absolutos – todos os atores envolvidos acabam ganhando. A política internacional continua racional e estruturada pelos constrangimentos dos atores pela estrutura. Outra diferença é que o neoliberalismo considera instituições internacionais como atores, cujo efeito no SI pode ser notado, ou seja, instituições importam. A historicidade crítica, ou seja, a capacidade de contextualizar e localizar os Estados, de acordo com sua história colonial ou imperial, continua não possuindo muita importância para essa corrente, pois todos os atores do sistema sempre tomariam a mesma decisão, caso estivessem na mesma situação. As ações dos atores são guiadas pelo mesmo norte universal, a racionalidade – que no caso é cooperativa.

É importante notar que, apesar da teoria liberal ser o principal contraponto da teoria realista, durante grande parte da história da disciplina, ambas as teorias das Relações Internacionais bebem da mesma fonte, o positivismo. Elas compartilham de metanarrativas, ao alegar que a estrutura constrange as ações dos atores, criam uma narrativa de pretensão universalista, as ações dos seus atores pode ser explicadas, devido à estrutura, alegam possuir neutralidade científica sem juízo de valores (SETH, 2013). Também, ambas utilizam o mesmo argumento do Estado como agentes racionais – competitivo ou cooperativo – indiferenciados em suas ações e em suas particularidades, exceto em relação as suas capacidades.

Diferentemente do primeiro debate, o debate Neo-Neo não obteve um vencedor claro, embora existam autores que defendam a vitória liberal, devido às mudanças no SI, principalmente após o fim da Guerra Fria. Foi nesse contexto que surgiu o terceiro debate que abriu espaço, para que teorias não positivistas entrassem na disciplina. Enquanto, nos dois primeiros debates, se utilizava de teorias positivistas, para discutir como os Estados se comportariam, o

terceiro debate inaugurou um debate metateórico entre positivistas e pós-positivistas. Ele contribui para discutir a própria produção teórica no campo das RIs, assim como a construção de seus principais objetos de estudo (SARFATI, 2005).

No âmbito dessa abertura pós-positivista, o pós-colonialismo foi sendo introduzido na disciplina, com o objetivo de desconstruir e analisar pressupostos teóricos tradicionais, enxergando as relações de poder entre centro e periferia, como consequência das relações coloniais. Ao fazer isso, o pós-colonialismo busca descentralizar o sujeito da narrativa vigente das Relações Internacionais.

2 O Pós-colonialismo: principais pressupostos e críticas gerais.

Uma das teorias que adentrou as Relações Internacionais, durante o terceiro debate, foi a teoria pós-colonial, após os anos 1990. O pós-colonialismo é um conjunto teórico e crítico que trabalha as consequências humanas e naturais do controle externo e da exploração econômica dos povos nativos e de suas terras. Seus autores precursores surgiram, ainda nos anos 1960, como uma resposta à onda de descolonização do Terceiro Mundo, sobretudo, na África e na Ásia.

A partir das escolas pós-estruturais e pós-modernas, os estudos pós-coloniais passaram a analisar também as políticas de produção do conhecimento – criação, controle e distribuição dos saberes válidos – examinando as relações funcionais do poder político que sustenta o colonialismo e o neocolonialismo. Esse conjunto teórico analisa as representações do regime imperial em termos sociais, políticos, culturais, psíquicos, intelectuais que estabelecem as relações entre o colonizador e o colonizado.

Para a teoria pós-colonial, a conquista imperial dos países “não brancos” foi intelectualmente justificada com a fetichização do mundo oriental, efetuada com generalizações culturais

que dividiram os povos do mundo na relação artificial e binária de um mundo Oriental e um mundo Ocidental. Essa dicotomia foi identificada e explorada por Edward Said em 1978, com a criação da disciplina Orientalismo na Europa que estabeleceu o Oriente como seu Outro, isto é, o Oriente como uma invenção do Ocidente (SAID, 2007).

Assim, numa das obras principais da teoria pós-colonial, o Orientalismo examinou, através da análise de discurso colonial, a produção do conhecimento e seu disciplinamento como fundamentais para justificar a dominação do Oriente pelo Ocidente. O Orientalismo, criado no século XIX, serviu para mostrar como seriam diferentes os dois mundos e suas populações. Oriente seria uma antítese do Ocidente:

[...] o oriental é irracional, depravado, infantil, ‘diferente’; o europeu é racional, virtuoso, maduro, ‘normal’ (SAID, 2007, p. 73).

Said, em sua obra, analisou como o mecanismo de manutenção do poder ocidental foi criado pelo próprio estudo europeu sobre o Oriente, servindo de reforço para suas práticas imperiais e racionalizando o regime colonial. Os dados empíricos pouco importam ao orientalismo. A agregação de conhecimento sobre o oriente não é o seu objetivo, o orientalismo serve para mistificar o Oriente como “outro” e criar a identidade Ocidental, através dessa mistificação.

O conhecimento sistemático crescente europeu sobre o Oriente foi o que permitiu seu controle; como exemplo, Said analisou o caso do Egito. Ao afirmar que a Inglaterra conhecia completamente o Egito e sabia que o país não possuiria capacidade para um autogoverno, a Grã-Bretanha atribuiu-se o dever de ocupar o Egito. O conhecimento do oriente cria o mundo Oriental e o dá sentido e, com isso, cria e define o mundo Ocidental.

A posição de força que a Europa se encontrava, durante o encontro com as outras civilizações, permitiu-lhe impor esse conhecimento oriental sobre os povos orientais. O que antes

era um conhecimento incompleto e infundado, acabaria se tornando uma estrutura rígida que existe para apenas um propósito, a manutenção da hegemonia europeia. O que antes era conhecimento, tornou-se verdade, pois a força o tornara verdade. Apesar das virtudes orientais não serem completamente ignoradas pelo Orientalismo, o conhecimento oriental seria por sua própria natureza, limitado e inferior ao conhecimento Ocidental. Os grandes momentos do Oriente estariam em seu passado, e a civilização ocidental o salvou de seu declínio. O Orientalismo afirmava que o Ocidente conhecia o Oriente melhor que si próprio, justificando a dominação.

De acordo com Said, a identidade “oriental” não existiria, devido aos seus próprios esforços e a sua própria história, sendo uma construção gerada pelo Ocidente. Como ele sempre esteve em posição de força, a partir da modernidade, foi permitida a criação de estruturas dominadoras que facilitasse e justificasse o domínio ocidental. Assim, o Oriente é

[...] algo que se julga ..., algo que se estuda e descreve (como num currículo), algo que se disciplina (como numa escola ou prisão), algo que se ilustra (como num manual de zoologia) (SAID, 2007, p. 73).

O Oriente não é apenas inferior ao Ocidente, é algo que deve ser corrigido e, para tal, a força seria uma solução.

Na ciência ocidental, é comum classificar o homem e a natureza em tipos; para se classificar o “eu”, é importante definir o “não eu”, ou seja, o outro. Segundo Said, nas ciências sociais, há uma tendência de se reduzir os traços específicos e dramatizar os traços gerais a um número menor de tipos ordenáveis e descritíveis – para Foucault (2002), uma de suas principais influências, “uma derivação controlada”. Essa derivação controlada reduz o objeto de estudo a um arquétipo quase que “primitivo”, como o asiático “*amarelo, melancólico, rígido*”; essa derivação controlada acaba por reforçar a ideia de que o europeu é diferente, pertencente a seu próprio arquétipo (SAID, 2007, p. 174).

A criação do Oriente existe como uma forma do Ocidente se identificar: ao afirmar que existe uma diferença entre os dois, existe um distanciamento e, com esse distanciamento, diferenças irreconciliáveis. O Oriente passa a ser o Outro; ele é místico e bárbaro, enquanto o Ocidente é racional e civilizado. O Europeu coloniza o Oriente por que ele o “conhece”, porque vê as diferenças entre os dois. A construção desse conhecimento que, na verdade, o próprio europeu construiu sobre o Oriente auxiliou em justificar a ação do colonizador. Assim, o conhecimento europeu cria uma estrutura, cuja única ação lógica seria colonizar o Oriente, para seu próprio bem.

Os impactos dessa dicotomia redutora entre Ocidente/Oriente, ou *West/Rest*, foram sentidos pelos colonizados. Antes do trabalho de Edward Said, Franz Fanon havia analisado um outro binarismo, resultante do violento encontro colonial. Na condição de psiquiatra, que lutou na libertação da Argélia, Fanon pode analisar a mentalidade e a psiquê dos colonizados: O colonizado, como um estranho, em seu próprio lugar, desejando o lugar do colono. O mundo ocidental colonial, portanto, dividiu as pessoas entre colonizados e colonos, existindo uma submissão causada pelo colono do colonizado: “(...) *foi o colono que fez e continua a fazer o colonizado*” (FANON, 2005, p. 52), à semelhança do raciocínio de se pensar o Oriente como invenção do Ocidente (SAID, 2007).

É tão inerente a estrutura à violência colonial que o objetivo final do colonialismo pode ser considerado o “adestramento” do colonizado. A desumanização, dessa forma, permeou o sistema colonial de tal forma que, quando o colono quer “(...) *descrever bem e encontrar a palavra certa, se refere constantemente ao bestiário*”. (FANON, 2005, p. 59). Em “*Peles Negras, Mascaras Brancas*”, publicado originalmente em 1952, (FANON, 1994), o autor descreveu como a sociedade racista acaba por desumanizar o colono, descrevendo-o como um objeto entre tantos outros. Para Fanon, esse objeto pode ser

descrito da forma que se descreve qualquer objeto: Sabe-se como é um caderno e quais são as suas características, assim como se sabe quem é o colono e quais são as suas características.

No mundo colonial, o colono é para sempre um estrangeiro, pois a classe dirigente é aquela que veio de fora, é o “outro”. A sociedade colonial é fundamentalmente uma sociedade violenta, seja uma violência física, a violência dos castigos ou uma violência psicológica. A objetificação, que o colonizado recebe, é uma violência em si, uma violência à sua identidade. Por isso, Fanon teorizou que a violência seria uma resposta compreensível do colonizado ao colonizador. Segundo ele, o sistema imposto pelo colonizador permeava a mente do colonizado de tal forma, que não pretendia substituir a estrutura colonial, apenas assumir o lugar do colono. Todavia, a luta colonial começaria com motivos individuais e evoluiria para motivos coletivos, ou todos serão salvos ou todos serão mortos. Apesar de “domesticado”, o colono sabe que não é um animal e, ao descobrir sua humanidade, começa a afiar suas armas para fazê-la triunfar.

O reforço aos binarismos, ou seja, um modo de pensamento previsto em oposições estáveis como: bem e mal, branco e preto, faz parte da empresa colonial. O estrangeiro pode ser demonizado e frequentemente o é. Isso legitima a violência colonial aos olhos dos colonizados, apesar de domesticado, ele estaria sempre pronto para pegar em armas (FANON, 1994). A objetificação e a tortura que o colonizado sofre, tornam-se armas, das quais, ele se utiliza para se libertar de sua opressão. Assim, Fanon enxergava a violência colonial como uma força empoderadora do colono, capaz de romper com as estruturas que foram criadas pelos europeus.

Outra autora pós-colonial fundamental para o entendimento sobre a estrutura do sistema colonial é a indiana Gayatri Spivak, com sua obra clássica “*Pode o Subalterno falar?*”. Spivak também analisa como a produção de conhecimento é uma estrutura limitante e prejudicial ao colonizado, pois o ato de produção de

conhecimento é uma ação carregada de significado. Os produtores de conhecimento dos países em desenvolvimento apresentam-se como os representantes dos oprimidos, como a voz dos subalternos. Mas, “*uma teoria é como uma caixa de ferramentas, ela não possui relação com o significante*” (SPIVAK, 1988, p. 70), ou seja, criar teoria não torna o produtor de conhecimento um porta-voz do seu objeto de estudo.

Para reforçar esse argumento, a autora analisou como autores ditos progressistas tenderiam a se utilizar de generalizações e universalizações, referindo-se aos países do Terceiro Mundo. Ao lidar com autores nativos e coloniais, encontram-se problemas similares também. Ao se estudar o subalterno - todo aquele que está fora da estrutura hegemônica da colônia (GRAMSCI, 1992), a autora constatou o que o subalterno não pode falar. Frequentemente, o homem branco torna-se o porta-voz dos interesses dos subalternos, pois é o homem branco que o estuda, e o seu conhecimento legitima suas ações. Spivak utilizou-se do exemplo do *Sati*, um antigo ritual indiano onde, após a morte do marido, a viúva queimava-se em uma pira funerária, simbolizando o amor eterno. A mulher indiana é uma mulher que, além de limitada em suas opções pelas discriminações do seu gênero, também é limitada pela hierarquia social que as castas indianas proporcionam. Num primeiro olhar, o homem branco parece estar numa posição privilegiada para representá-la. Spivak considera que esse argumento seria “*homens brancos salvando mulheres marrons de homens marrons*” e que isso não seria representativo da forma que o homem branco alegava ser (SPIVAK, 1988, p. 93).

Representar, segundo a autora, possui dois significados distintos: o primeiro seria no sentido de “falar por” e, o segundo, seria “re-presentar”, como se fosse fazer uma reprodução, um retrato da situação. Ambas as definições apontam que representar não indica dar voz para o subalterno. A própria construção de conhecimento é uma forma de perpetuação da estrutura, ela emudece a voz do colonizado, sobretudo

a da mulher, fazendo com que haja pessoas que os represente, sem realmente compreender suas necessidades e desejos.

Assim, mesmo com essa limitação, a teoria pós-colonial busca dar voz para os outros sujeitos da história, desconstruindo a narrativa eurocêntrica e buscando analisar o ponto de vista do subalterno (SABBARATNAM, 2011). Muitas das estruturas que permitiram o crescimento da própria Europa – como o comércio ou a pólvora – já haviam sido criadas anteriormente por civilizações orientais.

Segundo a linha pós-colonial, pode-se concluir que a estrutura colonial foi permitida também pela reprodução do conhecimento sobre o outro colonizado. Onde se localiza essa estrutura colonial no Sistema Internacional compartilhado pelas teorias positivistas – e supostamente, neutras – das Relações Internacionais? Todas as partes, que compõem a estrutura internacional, são derivadas de um esforço sistemático e histórico de manutenção da ordem colonial, para o pós-colonialismo de maneira geral. Com seu poder, o Ocidente estrutura e rege o “resto”, com o seu conhecimento ele a legitima. Assim, pode-se afirmar que “estrutura” para o pós-colonialismo é construída e não inerente, tendo como base o poder colonial e imperialista.

3 O Pós-colonialismo nas Relações Internacionais: desconstruindo pressupostos tradicionais.

Depois do fim da Guerra-Fria, o debate interno nas Relações Internacionais abriu espaço para o surgimento de correntes pós-estruturalistas, sendo muitas delas oriundas das ciências sociais e filosofia. Quando adentra as RIs, o pós-colonialismo contribui para pensar sobre a existência do poder colonial e imperial no Sistema Internacional, sua influência nas políticas mundiais, até os dias de hoje, suas formas de obscurecimento do poder, da história e dos artifícios das construções do “outro”.

Uma contribuição particular, que o pós-colonialismo proporciona, quando comparado

às outras teorias normativas e críticas das RIs, é que ele instiga o lugar de onde se teoriza. A ideia de “lugar de fala” passa a interessar para a análise das relações de poder que permeiam o Sistema Internacional. O pós-colonialismo busca expor as formas que, tanto as Teorias das Relações Internacionais, quanto as políticas internacionais, expressam e reforçam a relação de sujeito e objeto entre colonizado e colonizador. Oferecendo uma categoria de pensamento que raramente é utilizado nas Teorias de Relações Internacionais, o da experiência. A experiência serve, assim, contra um contraponto, para a razão universalista, como ponto de origem, para qual se conhece o mundo. Através da experiência, pode-se realizar uma análise histórica, atenta ao outro lado da fronteira de Vestfália (SETH, 2013; HOBSON, 2013).

A origem do colonialismo dentro da disciplina está intimamente conectada com a própria origem das RIs como campo. As Relações Internacionais se originaram, na época, onde o imperialismo estava atingindo o seu ápice, a produção de conhecimento, na época, legitimava e justificava o colonialismo, através de uma profunda crença na superioridade europeia (JONES, 2006).

Como disciplina, as Relações Internacionais se mostram pouco cientes de suas origens e do contexto delas como coloniais, apesar de se dizer internacional, ou seja, relevante para todos os povos e estados, as Relações Internacionais traçam suas origens, orgulhosamente, para um período e lugar onde o imperialismo estava em ápice.

Existe grande resistência para que os pensadores no campo das RIs deixem seu legado colonial, talvez, devido ao fato, que a defesa de alguns dos seus mitos teóricos fundamentais, possam ser justificados sob a máscara do universalismo. A academia das Relações Internacionais protege seus mitos fundadores, porque se convenceu das “boas intenções” que a narrativa desses mitos perpetua.

A narrativa das Relações Internacionais sempre esteve conectada com a (narrativa) das grandes potências, dando ênfase à história dos

atores mais poderosos; seus temas e preocupações refletem a historicidade do Ocidente, ignorando e silenciando a voz dos atores do terceiro mundo. O pós-colonialismo busca dar voz para esses atores, contando suas histórias e valores, transformando esses atores em sujeitos.

É importante ressaltar que o conhecimento das RIs não é incompleto, mas que existem abstenções sistemáticas, uma “amnesia proposital”. Ela é advinda de uma abstração feita pela disciplina *mainstream* que sistematicamente isola o Ocidente da história mundial e de suas estruturas. Ao encorajar a se ignorar a historicidade dos atores e a vê-los apenas como Estado Nações, a teoria tradicional do campo absolve as ações do Ocidente, ao ignorar as ações e manifestações imperialistas, no próprio cânone teórico da disciplina.

Como anteriormente mencionado, as teorias estruturalistas não veem lugar para a história ou a cultura nas Relações Internacionais. - criar uma definição para esse conceito, é particularmente difícil, pois é capaz de se tornar um objeto diferente, dependendo da lente teórica que se usa para analisá-lo (GUARESCHI, 2008), tornando-se complexo criar uma definição satisfatória para o espaço desse trabalho. Será utilizada a definição mais comum criada por Tylor, como um guarda-chuva que encompasse todo o conhecimento, crença, moral e lei de um indivíduo (TYLOR, 1920). Essa subjetividade inerente faz com que não exista espaço na visão sistêmica, que os autores positivistas propõem para o conceito de “cultura”. O sistema internacional possui uma estrutura única; os atores seguem buscando seus próprios interesses, sendo que suas motivações variam conforme a teoria. Ainda assim, dentro dessa motivação não há mudanças em suas ações, pois elas seguem uma ótica de estrita racionalidade individual e, como se viu na seção anterior, também ocidental. Tais teorias analisam como a ordem mundial atual funciona e como ela é estruturada, mas não como essa ordem foi estruturada.

Pode-se dizer que - durante grandes períodos

da disciplina - a história foi escrita pelo imperialismo – situação que tem alterado grandes esforços, para que seus teóricos a repensassem, juntamente com seus mitos fundadores e deixassem de lado seu legado colonial, buscando desconstruir narrativas totalizantes e excludentes - e que, através da história, as suas ações e sua estrutura encontrem legitimidade. O imperialista se torna o sujeito da história, pois detém o monopólio da produção de conhecimento. (SAURIN, 2006). Recentemente a academia tem buscado revisar sua narrativa eurocêntrica, a fim de excluir visões excludentes e totalizantes, entrando em contato com seu legado colonial.

A produção de conhecimento, no campo das Relações Internacionais, é altamente colonizada, sendo grande parte da produção de conhecimento advinda dos países do Norte global – especialmente, Estados Unidos e Inglaterra – que detém quase que o monopólio na produção de conhecimento da disciplina.

As teorias das Relações Internacionais podem ser estruturadas em duas tradições que a dão forma e criam uma imagem de continuidade, coerência e auto-identidade. A primeira narrativa trata do mito da Paz de Vestfália, mito esse, que serviu como declaração de independência para os soberanos europeus perante à religião. Essa narrativa permitiu a expansão da maior expressão de colonialismo da história do Ocidente, o liberalismo (SETH, 2013). A segunda narrativa trata de uma ordem mundial, baseada em anarquia, medo e insegurança, criada e projetada também pela Paz de Vestfália. A conexão entre ambas as narrativas existe em uma “compreensão convencional do desenvolvimento da humanidade”, ou seja, ambas assumem a posição de *West/Rest*. O internacional começou na Europa e foi exportado para o mundo; ambas as visões mantém o colonizado de fora da história do Sistema Internacional, observando-o de fora. Ao mantê-los na periferia do conhecimento, as Relações Internacionais ganham forma: Ela existe, somente por que existe uma expansão estrutural sobre esses atores.

Observa-se que a estrutura do conhecimento do campo das Relações Internacionais é intimamente conectada com o desenvolvimento do capitalismo global, e, por consequência, com a expressão teórica da supremacia ocidental (SAURIN, 2006). Observa-se a hegemonia ocidental no campo disciplinar, durante as lutas de independência dos povos colonizados. Essas lutas ocorreram após a consolidação do Sistema Internacional e das estruturas construídas pelo Ocidente. Para serem incluídos nessa estrutura, os ex-colonizados utilizaram-se das estruturas já existentes, unindo-se com conceitos previamente europeus, tais como nacionalismo, racismo e estadocentrismo, os atores atuais do Sistema Internacional só possuem essa forma, porque é necessário assumi-la, sem ela, não existe reconhecimento perante o Sistema Internacional.

A adoção dos ideais eurocêntricos, para esses povos, conferia a eles, legitimidade perante a Europa e, por consequência, para o resto do mundo. Assim, os ideais europeus se tornaram a base para qual o Sistema Internacional foi fundado. Ao mascará-los sob a ilusão de universalidade, a Europa se absolveu dos crimes que havia cometido:

[...] o imperialismo pode ser reconhecido através do seu poder de universalizar sua própria história e a auto-validar (SAURIN, 2006, p. 34).

A historiografia imperialista, assim, possui como característica a dissociação da história dos subjugados de seu sujeitos e re-imaginação por uma ótica colonial. A história imperialista, por sua vez, tem o Ocidente como principal sujeito (SPIVAK, 1988), e toda e qualquer história que não pertença a ele é desapropriada, analisada e comparada à alguma história semelhante ocidental. O nacionalismo do subalterno existe como uma imitação de um caminho que outra fora traçado pelo Ocidente (SAURIN, 2006).

Os autores pós-coloniais discordam de Waltz (1979), para quem a estrutura do Sistema Internacional é inerente e a-histórica, como se viu na primeira seção. Os ideais europeus não

foram adotados pelos outros povos por sua superioridade inerente ou pelo seu universalismo, mas sim pela violência colonial aplicada pela Europa – violência econômica, cultural, política, subjetiva e objetiva.

A necessidade de universalização e a pretensão universalista são o principal argumento do eurocentrismo embutido nas teorias canônicas das RIs. Em contraste com os sistemas anteriores, considerados “bárbaros”, o sistema internacional moderno seria horizontalizado, baseado em éticas plurais e sem uma hierarquia única; um sistema civilizado que se espalharia pelo mundo. Para a projeção desse sistema, a resposta encontrada foi a de soberania estatal, autodeterminação dos povos e não intervenção (SETH, 2013). Existem limites para esse “sistema civilizado”, ao se deparar com o Islã, por exemplo, as Relações Internacionais ficam paralisadas e reverterem à antiga tradição da criação do “outro”. (JONES, 2006)

A expansão da ordem liberal é a expansão do universalismo dos ideais europeus que foi criada através do imperialismo. Ao se deparar com o “estranho” – o outro – e rejeitar seus pressupostos, o imperialismo criou a base na qual o liberalismo pudesse ser desenvolvido. Ao aplicar o modelo do indivíduo racional e universalizá-lo, tem-se a base, na qual a ordem internacional atual foi criada. (EPSTEIN, 2014)

O universalismo das Relações Internacionais é justificado pelo argumento da “racionalidade”; que serve também como dispositivo para o binarismo no qual o Ocidente estigmatiza o Oriente. Ao elevar a racionalidade ao topo da hierarquia de outra dicotomia, razão versus emoção, o Ocidente alega que o outro é irracional, que é necessário que o mesmo seja trazido à luz da razão, tal como uma criança, tal como o foi um dia. Assim, a prática de colonização está amplamente relacionada com a difusão dos ideais liberais e à universalização do ideal de racionalidade (EPSTEIN, 2014).

Ao alegar racionalidade universal, ignora-se que não existe um pressuposto neutro comum

a todos os povos e culturas; teorias, interpretações e leis estão carregadas de significado e representam determinadas histórias e versões. A racionalidade pode ser considerada um atributo, inerente ao ser humano, mas a definição de racionalidade é algo flexível; o que é considerado racional em uma cultura, em outra pode não ser (SETH, 2013).

A ciência, como campo, é limitada pela história, experiências e valores europeus, as Relações Internacionais demonstram isso claramente. Para que a disciplina se internacionalize, de fato, é necessária a abertura para outras abordagens não ocidentais, racionalistas e hegemônicas. Deve-se fazer uma análise ontológica, epistemológica e política da estrutura que sustenta o Sistema Internacional e como ela é reproduzida e perpetuada pela produção de conhecimento da disciplina. Uma análise histórica das origens da narrativa predominante e do contexto é necessária.

Considerações finais

Existem, por certo, várias outras óticas que podem ser observadas no plano da política internacional que possuem muito valor em suas observações e análises. Porém, o objetivo central desse artigo, foi o de analisar as relações entre teoria, história, racionalidade e estrutura para a disciplina das RIs.

Pode-se perceber que a disciplina, desde sua origem, busca legitimar as ações colonialistas europeias, sistematicamente ignorando as formas na qual o imperialismo é apresentado em seu cânone teórico, possuindo um foco claro nos problemas e valores europeus, assim como sua suposta “universalidade”. Elas ignoraram como esses valores europeus serviram para reforçar as estruturas coloniais e a forma pela qual eles foram exportados para o resto do mundo. Conforme foi analisado durante o artigo, deve-se fazer uma análise mais crítica dos principais conceitos que o campo das RIs oferece, examinando, sobretudo, a existência da estrutura que

rege os atores do Sistema Internacional e sob quais condições ela foi criada. Deve-se analisar as teorias políticas originárias da Europa e seu legado universal; a legitimação e a afirmação da dominação colonial. As teorias de Relações Internacionais, (se) demonstram-se claramente hierarquizadas e faz-se necessário que haja uma descolonização do campo, no sentido de democratizar e pluralizar diferentes perspectivas.

O pós-colonialismo não admite neutralidade teórica, no contexto maior do debate pós-positivista. No caso das RIs, suas principais teorias estiveram em diálogo favorável com as relações de poder coloniais e imperiais. As teorias do campo ignoram as relações que existem entre suas origens e o colonialismo inerente que permeava a academia, durante período de criação delas. A racionalidade e a cientificidade tornaram-se uma máscara, sob a qual, os ideais eurocêntricos encontram sua legitimidade. O conhecimento da forma ao Sistema Internacional atual e suas hierarquias e os legitima.

A independência formal das colônias não significou sua independência política e econômica. Muito pelo contrário, o mantimento de determinado centro de poder dá-se através de uma estrutura criada pelo colonialismo. Ao se realizar uma análise histórica plural e menos parcial, pode-se observar de que forma as estruturas atuais foram formadas, quando o Ocidente se colocou como porta-voz do Oriente, silenciando sistematicamente culturas inteiras. Da mesma forma, é possível perceber como o racismo objetificou os povos não europeus e como a identidade europeia existe a partir dessa dicotomia.

A análise documental, realizada sobre a literatura especializada, demonstra que, ao se realizar uma análise histórica da disciplina - tendo a sensibilidade de se remover o Ocidente e seus ideais como sujeito da narrativa - observa-se como a origem, o desenvolvimento e a estrutura das Relações Internacionais acabam por trair sua máscara de universalismo e revelam seu legado colonial. Ao alegar que as Relações Internacionais

se tornaram universal e superaram o seu passado eurocêntrico, pode-se traçar um paralelo com as antigas práticas Orientalistas que a Europa colonialista realizava, onde conhecimento se tornava uma estrutura quase que autossuficiente, reforçando a si mesma.

Para futuros estudos, seria relevante analisar como tais estruturas influenciam, durante a tomada de decisão, tanto das grandes potências, quanto das menores. Casos em particular que merecem uma análise mais aprofundada são: como a suposta neutralidade do Direito Internacional favorece o Ocidente e como as Relações Internacionais revertem a antiga prática de criação do “outro”, ao se deparar com o Islã.

Referências:

- CARR, E. H. **The twenty years' crisis: 1919-1939**. New York: Perennial, 2001.
- COX, R. W. Social forces, states and world orders: beyond international relations theory. **Millennium - Journal of International Studies**, v. 10, n. 2, p. 126-155, 1981.
- EPISTEIN, C. The postcolonial perspective: an introduction. **International Theory**, v. 6, n. 2, p. 296-311, 2014.
- FANON, F. **Os condenados da Terra**. 2ª ed. Juiz de Fora: UFJF, 2005.
- FANON, F. **Peles negras, máscaras brancas**. 2ª ed. New York: Grove, 1994.
- FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- GRAMSCI, A. **Prison notebooks**. New York: Columbia University, 1992.
- GUARESCHI, N. M. F. Cultura, identidades e diferenças. **Reflexão e Ação**, v. 16, n. 2, p. 10-18, 2008.
- HOBBS, T. **Leviathan**. London: Penguin, 1985.
- HOBSON, J. The other side of the Westphalian frontier. In: SETH, S. **Post-colonial theory and international relations: a critical introduction**. Abingdon-on-Thames: Routledge, 2013.
- JONES, B. G. (Ed.). **Decolonizing international relations**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2006.
- KEOHANE, R. O. **After hegemony: cooperation and discord in the world political economy**. New Jersey: Princeton University, 1984.
- MORGENTHAU, H. **Politics among nations: the struggle for power and peace**. 4th ed. New York: Knopf, 1967.
- NOGUEIRA, J. P.; MESSARI, M. **Teorias de relações internacionais: uma introdução crítica**. Rio de Janeiro: Campus, 2005.
- SABBARATNAM, M. IR in dialogue... but can we change the subjects?: a typology of decolonising strategies for the study of world politics. **Millennium - Journal of International Studies**, v. 39, n. 2, p. 781-803, 2011.
- SAID, E. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SARFATI, G. **Teoria das relações internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2005.
- SAURIN, J. International relations as the imperial illusion: or, the need to decolonize IR. In: JONES, B. (Ed.). **Decolonizing international relations**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2006.
- SETH, S. **Post-colonial theory and international relations: a critical introduction**. Abingdon-on-Thames: Routledge, 2013.
- SPIVAK, G. C. Can the subaltern speak? In: NELSON, C.; GROSSBERG, L. (Eds.). **Marxism and the interpretation of culture**. Urbana: University of Illinois, 1988. p. 271-313.
- TYLOR, E. **Primitive culture: research into the development of mythology, philosophy, religion, art, and custom**. London: John Murray, 1920. v. 1.
- WALTZ, K. **Theory of international politics**. Boston: Addison-Wesley, 1979.
- WENDT, A. Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics. **International Organization**, v. 46, n. 2, p. 391-425, 1992.